

SABERES INCLUSIVOS

PARA PROFESSORES

DO ENSINO FUNDAMENTAL



CRISTIANE PECULAS MODESTO
JANIE GARCIA DA SILVA

**CRISTIANE PECULAS MODESTO
JANIE GARCIA DA SILVA**

SABERES INCLUSIVOS PARA PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL

1ª ed.

**Niterói
2023**



**Universidade
Federal
Fluminense**

Copyright © 2023 de Cristiane Peculas Modesto

Todos os direitos reservados. Este livro ou qualquer parte dele não pode ser reproduzido ou usado de forma alguma sem autorização expressa, por escrito, do autor.

Projeto gráfico e diagramação: Giuliana Valpasso

Imagem da capa: Freepik https://br.freepik.com/fotos-gratis/crianca-com-deficiencia-e-amigo-vista-elevada_10419041.htm#query=apae&position=0&from_view=keyword&track=sph

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Modesto, Cristiane Peculas

Saberes inclusivos para professores do ensino fundamental [livro eletrônico] / Cristiane Peculas Modesto, Janie Garcia da Silva. -- 1. ed. -- Teresópolis, RJ : Ed. das Autoras, 2023.

PDF

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-00-81221-3

1. Educação inclusiva 2. Ensino fundamental
3. Pessoas com deficiência - Acessibilidade
4. Pessoas com deficiência - Educação
5. Professores - Formação 6. Tecnologia Assistiva (TA) I. Silva, Janie Garcia da.
II. Título.

23-173509

CDD-379.26

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação inclusiva : Professores : Formação profissional 379.26

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

**“Se a educação sozinha, não
transforma a sociedade, sem ela
tampouco a sociedade muda.”
(Paulo Freire, 2000, p. 67)**



Cristiane Peculas Modesto

Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário Serra dos Órgãos (UNIFESO, 2002). Pós-graduada em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Universidade Plínio Leite (UNIPLI, 2011) e em Neuropsicopedagogia Clínica e Institucional pela Universidade CENSUPEG (2023). Coursou o Mestrado em Diversidade e Inclusão na Universidade Federal Fluminense (CMPDI/UFF, 2023). Ingressou em 1991 como docente/Professor II, na Rede Municipal de Ensino da cidade de Teresópolis. De 2005 a 2022 atuou como orientadora pedagógica na mesma rede. De 2009 a 2014 atuou como docente das Disciplinas Pedagógicas na Rede Estadual de Ensino do Rio de Janeiro.



Janie Garcia da Silva

Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Santa Úrsula (USU, 1977), Mestre em Ciências Biológicas (Botânica) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, 1983) e Doutora em Ciências Biológicas (Biofísica) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, 1998). Professor Associado IV da Universidade Federal Fluminense (UFF), Em 1997 criou Laboratório Horto-Viveiro (LAHVI/UFF), que coordena até hoje, para atender ao ensino, pesquisa, extensão e produção de mudas de espécies destinadas ao Paisagismo do Campus da UFF. Orienta alunos e ministra aulas para cursos de Graduação e Pós-Graduação. É docente do Mestrado em Diversidade e Inclusão (CMPDI/UFF), onde atua na área de Educação Inclusiva.

SUMÁRIO

- 1. Apresentação..... 6
- 2. Introdução..... 8
- 3. Desafios do Ensino Fundamental..... 10
- 4. Universalização do Ensino e inclusão..... 13
- 5. Superando o capacitismo..... 32
- 6. O Desenho Universal para a Aprendizagem..... 37
- 7. As Tecnologias Assistivas..... 43
- 8. Adaptação Curricular..... 53
- 9. Plano Educacional Individualizado (PEI)..... 60
- 10. A constante busca pelo conhecimento..... 63
- 11. Um olhar de acolhimento sobre o professor..... 66
- 12. Considerações finais..... 72
- 13. Referências Bibliográficas..... 74
- 14. Material complementar.....80
- 15. Contatos..... 87

Apresentação

Este e-book foi elaborado com o objetivo de trazer conteúdos relevantes que contribuam para promover a inclusão de alunos público-alvo da Educação Especial, matriculados no 1º e 2º segmentos do Ensino Fundamental. Não perdendo de vista que todos, em algum momento, poderão ter a necessidade de serem atendidos nesta perspectiva.

Os professores destes segmentos se veem envoltos em muitas dúvidas e inseguranças diante do desafio que é ensinar a todos, acolhendo à grande diversidade que, de forma crescente, frequenta as escolas. Em algum momento da história, as salas de aula eram constituídas por grupos seletos de alunos somente neuro típicos, de mesmo padrão socioeconômico e cultural. Atualmente, com o avanço da legislação brasileira e a universalização do ensino, todos que possuem a faixa etária compreendida entre 4 e 17 anos, devem estar em uma unidade escolar, como prevê o Art. 208 da Emenda Constitucional Nº 59/2009 (BRASIL, 2009).

Em contato com algumas unidades escolares e educadores do Ensino Fundamental, ao longo dos anos, foi possível percebermos o quanto existem temas pouco conhecidos e que precisam ser aprofundados para que o currículo e as práticas pedagógicas sejam realmente acessíveis.

Em 2021, foi realizada uma pesquisa durante o Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão da Universidade Federal Fluminense – UFF, visando investigar conhecimentos

inclusivos para docentes do Ensino Fundamental. Viu-se, então, a oportunidade de contribuir oferecendo elementos importantes para a formação continuada dos educadores deste segmento da Educação. Como produto, foi desenvolvido este E-book.

Consideramos importante abordar assuntos como capacitismo, Desenho Universal para a aprendizagem, Plano de Ensino Individualizado (PEI) e outros que precisam ser pensados e discutidos pelas equipes escolares.

Convidamos a todos a essa leitura, se apropriando do que lhes é apresentado, de forma crítica e reflexiva. Esperamos que sejam momentos prazerosos, de inquietação e que traga contribuições à prática pedagógica em sala de aula. Que este Sintam-se instigados e desafiados a saber mais e mais sobre a educação na perspectiva inclusiva.

Introdução

Sabemos que a criança é capaz de aprender em diferentes espaços e contextos sociais. Mas, neste momento, vamos direcionar nosso olhar à educação escolar onde o conhecimento é sistematizado e construído de forma coletiva.

O artigo 21 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96 (BRASIL, 1996), diz que a Educação Básica é composta pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. O Art. 32, define o Ensino Fundamental como obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade. Assim, este é período mais extenso da Educação Básica, o aluno ingressa aos 6 anos de idade no 1º Ano de escolaridade (início da alfabetização) e encerra somente aos 14 anos no 9º Ano.

Os professores deste segmento têm uma rotina intensa de trabalho, para dar conta do currículo, turmas lotadas, com alunos em diferentes níveis de aprendizagem e carga horária. Devido a pouca valorização, é comum terem dois ou mais empregos. Muitos municípios e estados ainda não propiciam horário de planejamento. Portanto, os educadores precisam planejar as aulas, elaborar e corrigir as avaliações, geralmente, nos finais de semana. Com essa pequena abordagem do cenário, é possível perceber que o docente precisa se desdobrar para promover uma inclusão de qualidade diante dos desafios que enfrentam.

O que será falado neste E-book aponta para ferramentas que poderão ser utilizadas pelos docentes do Ensino Fundamental. Mas, este trabalho não pode ser solitário. Realmente não é fácil! A demanda e as responsabilidades de uma sala de aula são grandes. Mas o professor precisa perceber que não está sozinho. É preciso criar redes de apoio com outros colegas e profissionais, mergulhar no conhecimento, ter um olhar acolhedor e inclusivo sobre seus alunos.

Desafios do ensino fundamental

Já falamos que o Ensino Fundamental é organizado em um período de 9 anos. Ele tem 2 segmentos. O 1º atende alunos de 6 a 10 anos e o 2º, de 11 a 14 anos. A dinâmica de ensino se modifica ao longo dos anos, de forma gradual.

Entre um período e outro, é possível identificar algumas “cisões” que podem dificultar, em um primeiro momento, a adaptação de cada criança, sobretudo daqueles que possuem características atípicas.

Ao saírem da Educação Infantil, os alunos ingressam no 1º Ano e iniciam o processo de alfabetização. Para muitos começam algumas rupturas, como maior rigidez nas atividades propostas. Apesar de haver exceções, a ludicidade começa a ficar um pouco para trás, junto com a hora da contação de histórias. As músicas que compunham os diferentes momentos da rotina pré-escolar, o trabalho com o corpo através das brincadeiras, raramente acontecem. Os trabalhos que eram construídos, geralmente de forma coletiva, dão lugar à individualidade, começando pela organização da sala. Outrora, todos se sentavam em grupos de quatro ou cinco componentes, compartilhando do mesmo material. No ano seguinte (1º Ano), estão enfileirados, sentados sozinhos, por aproximadamente 3 horas e meia. Como não sentir tais mudanças.

Quando começam a frequentar o 2º segmento, por volta dos 11 anos (6º Ano), também há alguns estranhamentos. Ao invés de apenas 1 ou 2 professores, com quem estudavam todo o período em que permaneciam na escola, saltam para uma média de 8 docentes ou mais.

As questões aqui levantadas ocorrem porque, às vezes, existe por parte dos educadores alguma má vontade em fazer com que seus alunos se adaptem melhor e sejam corretamente acolhidos e incluídos? Acreditamos que não! O planejamento do ensino deve ser revisitado e repensado por todos os envolvidos com a Educação. Entre as principais questões surge a preocupação em dar conta do currículo, alfabetizar, preparar para a série seguinte etc. Daí, o equivoco em não “perder tempo” com brincadeiras direcionadas no pátio que, ao contrário do que se pensa, viabilizam, e muito, a aprendizagem na sala de aula e o desenvolvimento de muitos conteúdos. O inverso também acontece, ou seja, professores que se dispõem a dar aulas criativas e diferenciadas são tolhidos ou incompreendidos pelas equipes gestoras ou colegas que se sentem desconfortáveis com suas “inovações”. Portanto, percebemos certa dificuldade em muitos professores em cumprir o seu papel, que é ensinar. Mas as condições que lhe são oferecidas pelo sistema, nem sempre são favoráveis.



Figura 1: Sala de aula
Freepik (2023)

Falar sobre equidade e inclusão, em turmas de quase 40 alunos, sem mediadores, intérpretes de libras, lugares e materiais adaptados, com pouco espaço físico sequer para o professor caminhar entre as carteiras, não é promover Educação de qualidade.

Não podemos deixar de falar sobre a importância do apoio das Secretárias de Educação e de toda equipe escolar ao trabalho realizado dentro de uma turma.

Apesar de todos os espaços da escola serem potencialmente educativos, ou deveriam ser, é na sala de aula que a mágica acontece, na relação professor aluno. Isto quer dizer que deve haver maior suporte e todos têm o seu papel neste processo: a pessoa que recebe os alunos e famílias no portão, a merendeira, a professora da Sala de Recursos, os profissionais que fazem a limpeza e supervisionam o recreio, o diretor e os coordenadores pedagógicos. Cada um dentro de suas funções e atribuições deve fazer a sua parte.

Universalização do ensino e inclusão

Não há como começar a falar sobre a inclusão, da forma como a vemos hoje, sem antes mostrar de onde viemos e qual o ponto de partida. Vivemos um momento de democratização e universalização do ensino, mas nem sempre foi assim.

Acreditamos que, talvez, um dos principais objetivos deste trabalho seja mostrar quão dinâmica são as relações humanas, pois o conhecimento e as concepções se transformam com o passar do tempo, sob diferentes influências sejam elas políticas, sociais ou econômicas. O fato é que precisamos estar atentos e em constante reflexão sobre qual o nosso papel enquanto cidadãos. E mais especificamente neste contexto, em que nos apresentamos como educadores. Agentes de mudança ou reprodutores e consolidadores de pensamentos hegemônicos na perpetuação das desigualdades que ainda assombram o nosso país.

Historicamente, a Educação em seus primórdios, era um direito e privilégio de poucos. Este fato vem mudando em muitos lugares do mundo. No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – Lei 9394/96 recebeu uma reformulação, após a inclusão da Lei nº 12.796 de 2013 (BRASIL, 2016), cujo texto define que, o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, organizada

da seguinte forma: pré-escola; ensino fundamental e ensino médio. A Constituição Federal é ainda mais enfática ao afirmar que:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (...) (BRASIL, 1998).

É possível dizer que a criança que mora em lugares ermos, onde precisa andar quilômetros debaixo de sol ou enfrentar estradas cobertas de lama para chegar ao prédio escolar, tem acesso à Educação, em sua plenitude, como explicitado no artigo 206? Este é apenas um, dentre inúmeros exemplos, de que não necessariamente o fato de criarem leis voltadas a este fim, significa sua concretização. As questões sociais, econômicas e culturais sempre apresentarão obstáculos para que a igualdade e equidade sejam realmente estabelecidas.

Pensando nas pessoas com deficiência, vemos que indivíduos com alguma característica distante da normalidade estabelecida, eram excluídos do convívio social. Havia aqueles que permaneciam escondidos pelas famílias, para que ninguém soubesse que na casa tinha uma pessoa deficiente.

Com certeza, pessoas com deficiência existiam sim no início de nossa história. Mas diante de tal afirmação, leva-nos a pressupor que, talvez consequência cultural da política de exclusão (...), a sociedade colonial continuasse a segregar, a esconder essas pessoas. Até mesmo por motivos de vergonha ou de um completo desconhecimento, não saber lidar com elas (FIGUEIRA, 2008, p. 33).

Segundo Duarte (2018), com o tempo estes sujeitos começaram a ser contemplados, ainda que de forma segregadora e assistencialista, pelas religiões. Através da criação de asilos e hospitais onde podiam receber abrigo e cuidados.

O acesso à escolarização tem início para cegos e surdos no Rio de Janeiro quando ainda era a capital do Império. Nas figuras 2 e 3, vemos os prédios do Instituto Benjamin Constant e o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

O atendimento escolar especial aos portadores de deficiência teve seu início, no Brasil, na década de 1950 do século XIX. Foi precisamente em 12 de setembro de 1854 que a primeira providência neste sentido foi concretizada por D. Pedro II. Naquela data, através do Decreto Imperial n. 1.428, D. Pedro II fundou, na cidade do Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (MAZZOTA, 2011, p.28).

Foi ainda D. Pedro II que, pela Lei n. 839, de 26 de setembro de 1857, portanto, três anos após a criação do Instituto Benjamin Constant, fundou, também no Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos (MAZZOTA, 2011, p. 2).



Figura 2: Instituto Benjamin Constant (IBC)
Wikipédia (2010)



Figura 3: Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES)
INES (2020)

Apesar da importância destas duas instituições na época, nem todos tinham acesso e o atendimento era precário, como vemos abaixo.

Apesar de pioneiros, tanto o IBC quanto o INES, o atendimento oferecido era precário. No ano de 1872, eram atendidos apenas 35 cegos e 17 surdos, sendo que, na época, havia um contingente de 15.848 cegos e 11.595 surdos. Visando achar uma solução, o Imperador convocou em 1883, o I Congresso de Instrução Pública, abrindo-se assim a discussão da educação para pessoas com deficiência em todo o país. Durante o congresso, foram tratados temas como sugestão de currículo e formação de professores para cegos e surdos, surgindo novos investimentos e iniciativas de atendimentos pedagógicos e médico-pedagógico ainda durante o Governo Imperial (FIGUEIRAS, 2008, p. 93).

Novas instituições de ensino voltadas para pessoas com outras deficiências surgem com o passar do tempo. As principais, como mostra o quadro abaixo, estão nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.

Quadro 1: Instituições e Entidades para pessoas com deficiência (1854-1961)

NOME	FUNDAÇÃO	CIDADE
Deficiência visual		
Instituto Benjamin Constant - IBC	12 de setembro de 1854	Rio de Janeiro
Instituto de Cegos Padre Chico	27 de maio de 1928	São Paulo
Fundação para o Livro do Cego no Brasil - FLCB	11 de março de 1944	São Paulo

NOME	FUNDAÇÃO	CIDADE
Deficiência auditiva		
Instituto Santa Terezinha	15 de abril de 1929	Campinas
Escola Municipal de Educação Infantil e de 1º Grau para Deficientes Auditivos Helen Keller	13 de outubro de 1952	São Paulo
Instituto Educacional São Paulo – IESP	18 de outubro de 1954	São Paulo
Deficiência física		
Santa Casa de Misericórdia de São Paulo	01 de agosto de 1931*	São Paulo
Lar Escola São Francisco	01 de fevereiro de 1943	São Paulo
Associação de Assistência à Criança Defeituosa – AACD	14 de setembro de 1950	São Paulo
Deficiência Mental		
Instituto Pestalozzi de Canoas	Ano de 1926	Canoas
Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais	05 de abril de 1935	Belo Horizonte

NOME	FUNDAÇÃO	CIDADE
Deficiência Mental		
Sociedade Pestalozzi do Estado do Rio de Janeiro	Ano de 1948	Rio de Janeiro
Sociedade Pestalozzi de São Paulo	15 de novembro de 1952	São Paulo
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE do Rio de Janeiro	11 de dezembro de 1954	Rio de Janeiro
Associação de Pais e Amigos – APAE de São Paulo	04 de abril de 1961	São Paulo
*Data em que se começou o atendimento especializado às pessoas com deficiência física (não sensorial) com propósitos educacionais, o que motivou a criação de muitas classes especiais nos anos anteriores.		

FIGUEIRAS (2008)

O Ano Internacional da Pessoa Deficiente

Aconteceram vários movimentos internacionais para dar voz e vez à pessoa com deficiência (PcD). Estas pessoas começaram a sair de uma condição de invisibilidade e, junto com diferentes organizações sociais e governamentais, promoveram o início de uma conscientização coletiva em várias partes do mundo. Um grande marco em toda esta trajetória foi o Ano Internacional da Pessoa Deficiente, promulgado pelas Nações Unidas em 1981.

Boa ou má, a situação das pessoas com deficiência começou a ser divulgada na sociedade a partir de 1981. Inclusive, elas mesmas começaram a tomar consciência de si como cidadão, passando a se organizarem em grupos, associações etc. Publicações internacionais da época alertavam pelo mundo: “Por tempo excessivamente longo, uma grande parte de nossa população viu-se privada de uma total participação na sociedade. Neste Ano Internacional da Pessoa Deficiente, promovido pelas Nações Unidas, chegou a hora de mudar esta situação” (in: “O Cidadão Deficiente, 1981, FIGUEIRA, 2008, p.119).

A partir de mobilizações da sociedade e governos, em várias partes do mundo, foram criados alguns documentos que contribuíram para a concepção inclusiva que temos atualmente.

Quadro 2: Documentos internacionais os direitos da pessoa com deficiência

ANO	DOCUMENTOS
1948	Declaração Universal dos Direitos Humanos
1990	Declaração Mundial sobre Educação para Todos
1994	Declaração de Salamanca
1999	Convenção da Guatemala
2000	Declaração de Dakar
2006	Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência
2015	Declaração de Incheon

MENDES (2020)

Ainda percebermos muitas carências e lacunas em relação aos direitos dos cidadãos brasileiros, principalmente dos que possuem deficiência. Mas, seria injusto afirmarmos que a legislação brasileira não tem evoluído ao longo dos anos. Alguns passos têm sido dados, como mostra o quadro 3. Porém, ainda há uma dicotomia entre o que preveem as leis e o que acontece de forma prática na vida o povo brasileiro. Esta é uma situação que precisa ser superada. Para essa mudança, a educação tem que ser a chave, a começar pelas primeiras séries do ensino, onde o professor tem papel fundamental.

Quadro 3: Principais leis e diretrizes brasileiras que regem a Educação e Inclusão

ANO	DOCUMENTO
1988	Constituição Federal
1990	Lei nº 8.069, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)
1994	Política Nacional de Educação Especial
1996	Lei nº 9.394, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)
2001	Resolução CNE/CEB nº 2, Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica
2002	Lei nº 10.436, dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras)
2003	Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade
2006	Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH)
2007	Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)

ANO	DOCUMENTO
2008	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva
2008	Decreto nº 6.571, dispõe sobre o atendimento educacional especializado
2011	Decreto nº 7.611, dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado
2011	Decreto nº 7.612, Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite
2014	Lei nº 13.005, Plano Nacional de Educação (PNE)
2015	Lei nº 13.146, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)

MENDES (2020)

Um documento que orienta a Educação Básica, atualmente, é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Ela norteia a construção dos currículos da Educação Infantil ao Ensino Médio, estabelecendo que todos, independente da região que moram, tenham o direito ao ensino e à formação integral.

As aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais (Quadro 4), que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento (BRASIL, 2018, p.9-12).

Quadro 4: Competências gerais da Educação Básica segundo a BNCC

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

BRASIL (2018)

Apesar de existirem críticas à BNCC, como um movimento sadio e pertinente, próprio ao exercício democrático em que vivemos, é preciso valorizar alguns aspectos encontrados nas competências acima. Mais especificamente nas de número 8 ao 10. Analisando-a como um todo, podemos ver que não se reduz a uma lista de conteúdos, expostos friamente. Apesar de ser um documento federal, estados e municípios tiveram a oportunidade de discuti-la e a autonomia para criar sua proposta pedagógica, tendo-a como base. Vivenciamos este processo na rede municipal de ensino de Teresópolis.

Voltando às competências, entendemos que o aluno deve ser visto como um ser completo, não só como um repositório de informações. A BNCC (2018) também favorece aspectos afetivos e sociais. O ato de enxergar a si compreendendo suas emoções e o movimento de reconhecer e respeitar o outro traz a possibilidade de valorizar a grande diversidade da qual somos formados. Conduzir o educando a pensar criticamente e de forma empática, é um grande passo para a inclusão em nossas escolas. O professor deve utilizar estas diretrizes em situações cotidianas que permitam a construção de um coletivo mais humano e ético desde a primeira infância.

Assim, não há como falar sobre aprendizagem a partir do convívio e da relação entre indivíduos, sem a contribuição sociointeracionista de Vygotsky, citada abaixo.

Segundo a teoria histórico-cultural, o indivíduo se constitui enquanto tal não somente devido aos processos de maturação orgânica, mas, principalmente, através de suas interações sociais, a partir das trocas estabelecidas com seus semelhantes vinculadas ao aprendizado, à apropriação (por intermédio da linguagem) do legado cultural de seu grupo (REGO, 2001, p. 109).

O que pensar então da sala de aula? Tendo como base o Ensino Fundamental, que é o principal foco deste trabalho, é neste lugar que as pessoas se reúnem, geralmente 5 dias na semana, por 4 horas ou mais em 200 dias do ano. É um ambiente extremamente enriquecedor onde todos têm a possibilidade de aprender uns com os outros. Por isso, não é compreensível e aceitável que sujeitos estejam alijados deste espaço por serem “diferentes”. Precisamos estar aprendendo juntos. O tempo de segregação deve afastar-se cada vez mais da sociedade em que vivemos. Ele deve

ficar em um passado longínquo e ser lembrado para que não se repitam os mesmos equívocos no presente.

Inclusão para todos

A inclusão não deve ser pensada apenas para o público-alvo da Educação Especial que, segundo o Ministério da Educação (MEC), são pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2009).

Quadro 5: Definição do público-alvo da Educação Especial

A. Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

B. Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

C. Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

BRASIL (2009)

O Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que estabelece normas gerais e critérios para acessibilidade, traz a seguinte classificação (Quadro 6)

Quadro 6: Critérios para acessibilidade

Deficiência física	Alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia,triparesia,hemiplegia,hemiparesia,ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;
Deficiência auditiva	Perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;
Deficiência visual	Cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção o óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;
Deficiência intelectual	Funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas tais como: comunicação; cuidado pessoal; habilidades sociais; utilização dos recursos da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer; e trabalho;

Deficiência múltipla

Associação de duas ou mais deficiências.

BRASIL (2004)

Um dos documentos internacionais mais importantes é a Declaração de Salamanca que trouxe grande contribuição para o Brasil, dando diretrizes para a elaboração da sua legislação.

Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades (BRASIL, 1994, p.5).

Na perspectiva inclusiva não é coerente estarmos separados em grupos, categorizados sob “rótulos” que nos classificam e organizam de acordo com as características apresentadas. Assim, propõe-se um novo olhar e mudança de paradigma, onde as especificidades de cada um devem ser vistas, respeitadas e acolhidas. Houve momentos no passado, em que as escolas especiais eram a única alternativa na sociedade, onde o que imperava era uma cultura e pensamentos predominantemente excludentes e segregadores. Com o tempo, em um processo evolutivo do pensamento e da forma como enxergamos o outro, esse modelo de instituição deixou de fazer sentido.

Principalmente, quando temos a clareza de que todos somos eficientes e deficientes em algo e por isso nos completamos. É como o outro que crescemos, enriquecemos nossas interações e aprendizados, nos tornando mais civilizados. Em outro trecho, a Declaração explicita:

O princípio que orienta esta Estrutura é o de que escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados (BRASIL, 1994, p.3).

Com base nas contribuições acima é possível compreender que o acesso à Educação é para todas as pessoas, sem exceção. Todos, em algum momento da vida, podem ter a necessidade de serem incluídos pelas mais diversas situações e aspectos.

Um documento nacional que traz em seu texto a amplitude e complexidade do tema são as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica: diversidade e inclusão.

Nessa perspectiva, torna-se inadiável trazer para o debate os princípios e as práticas de um processo de inclusão social, que garanta o acesso à educação e considere a diversidade humana, social, cultural, econômica dos grupos historicamente excluídos. Trata-se das questões de classe, gênero, raça, etnia, geração, constituídas por categorias que se entrelaçam na

vida social, mulheres, afrodescendentes, indígenas, pessoas com deficiência, populações do campo, de diferentes orientações sexuais, sujeitos albergados, em situação de rua, em privação de liberdade, de todos que compõem a diversidade que é a sociedade brasileira e que começam a ser contemplados pelas políticas públicas. (BRASIL, 2013, p.7)

A Educação Especial deixa de atender, tradicionalmente, aqueles considerados público-alvo, de forma paralela ao ensino regular, em escolas especializadas e classes especiais e tem seu acolhimento estendido a todos.

“A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado(...) nas turmas comuns do ensino regular” (BRASIL, 2007, p.10).

Este é o desafio da inclusão. As instituições de ensino, em sua origem foram destinadas a um público seletivo e homogêneo, praticamente todos do mesmo gênero e classe social, sem aspectos distantes do padrão hegemônico. Ainda que seja necessário refletir criticamente sobre o atendimento oferecido em nossas instituições de ensino, atualmente, a verdade é que as salas de aula estão formadas por grupos plurais e heterogêneos. Pode-se dizer que a democratização do ensino, em cumprimento à lei, é uma conquista. Mas a qualidade e a viabilidade para o exercício pleno desta determinação que assegurem qualidade e equidade, ainda são discutíveis.

O currículo é um instrumento de luta e pode promover a superação das desigualdades, se pensado e proposto de

forma crítica e intencional, respeitando e valorizando o público ao qual se destina. Dar vez e voz aos que, de alguma maneira estão à margem da sociedade é dever do Estado e dos governos através da criação de políticas públicas que assegurem direitos a todos. É responsabilidade de cada cidadão o cuidado, em suas práticas diárias, dar maior atenção para não incorrer em ações excludentes e discriminatórias.



Para saber mais...

Histórico sobre a deficiência

youtu.be/vV_YfnFb5G8

História das Pessoas com Deficiência no Brasil

youtube.com/watch?v=uSZsJs3TN70

Terminologia sobre deficiência

SASSAKI, Romeu Kazumi et al. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. **Mídia e deficiência. Brasília: Andi/Fundação banco do brasil**, p. 60–165, 2003.

Tratados e convenções internacionais

<https://saladerecursos.com.br/legislacao/>

Superando o capacitismo

Muitos devem estar se perguntando, “afinal de contas o que significa isto?” ou dizendo “não tenho a menor ideia do que se trata”. Posso te dizer que você não é a única pessoa com esta dúvida. Supreendentemente se fizesse uma pequena pesquisa com os leitores deste trabalho, provavelmente seria elevada a quantidade de pessoas que desconhecem o significado deste termo.

O capacitismo está presente no cotidiano de muitas pessoas com deficiência. Portanto, deixe-nos esclarecer o que é. Vem da palavra inglesa ableism, significa preconceito ou discriminação do indivíduo por sua deficiência.

Capacitismo: ato de discriminação, preconceito ou opressão contra pessoa com deficiência. É barreira atitudinal. Em geral, ocorre quando alguém considera uma pessoa incapaz, por conta de diferenças e impedimentos corporais. O capacitismo está focalizado nas supostas ‘capacidades das pessoas sem deficiência’ como referência para mostrar as supostas ‘limitações das pessoas com deficiência’. No capacitismo, a ênfase é colocada nas supostas ‘pessoas capazes’, as quais constituem a maioria da população e são supostamente consideradas ‘normais’ (BRASIL, 2023).

Podemos dizer que todos, sem exceção, tiveram algum contato com o capacitismo, por já ter sofrido na pele, presenciado e até mesmo praticado. É importante trazermos o assunto à discussão, refletirmos sobre ele e não aceitá-lo.



Figura 4: Menina em cadeira de rodas
Pexels (2023)

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (PcD), que estabelece o Estatuto da Pessoa com Deficiência, é muito clara em dois de seus artigos, sobre o direito à igualdade e às formas de discriminação, sob pena de reclusão e multa para aqueles que não a cumprem.

Art. 4º Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação. § 1º Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas. Art. 88. Praticar, induzir ou incitar discriminação de pessoa em razão de sua deficiência: Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa (BRASIL, 2015).

A PcD esbarra em vários tipos de barreiras durante toda sua vida. Conforme essa lei, essas barreiras são classificadas em: arquitetônica, no transporte, na comunicação, informação e atitudinal. Dentre todas elas, acreditamos que está última é a mais comprometedora, pois mesmo que o sujeito tenha boas condições de acesso e recursos disponíveis, quando esbarra com a barreira atitudinal todo o restante pode ser comprometido. Ela tem a ver diretamente com a forma como as pessoas veem e se comportam com a pessoa com deficiência, trazendo verdadeiros entraves no cotidiano. Isto, por falta de informação, de formação e empatia. É imprescindível a ação de colocar-se no lugar do outro e conscientizar-se que acessibilidade é um direito e não um favor.

Uma das formas de mostrar discriminação é através dos termos obsoletos e preconceituosos em algumas situações, chegando a ser ofensivos. Era comum se referir a essas pessoas como retardadas, incapazes, defeituosas e muitas outras palavras. Convidamos você a ler o artigo Terminologia sobre deficiência na era da inclusão do pesquisador Romeu Kazumi Sassaki (veja em Para saber mais), que aponta as expressões em desuso e a forma correta e atual de utilizá-las.

Capacitismo no ambiente escolar

A. Fugindo dos rótulos

Quando alguns profissionais educadores se relacionam com o educando com características atípicas, incorrem no erro de focar e limitar o seu olhar somente nestes aspectos. Em uma sala de aula é muito importante que olhemos o aluno como um todo: um sujeito com vontades, temores, inquietações,

dificuldades e possibilidades. É muito comum, quando se referem a eles, usarem a sua condição atípica: “o autista”, “o down” e por aí vai. Eles possuem um nome, uma identidade e não se reduzem ao que está escrito em um laudo médico.

Figura 5: Pai e filha conversando sobre a escola
Rede pedagógica (2023)



B. Não os subestimar

É importante conhecer seu aluno e ir descobrindo seu potencial para valorizá-lo, apresentar novos desafios e possibilidades para o seu desenvolvimento. Não é suficiente partir do pressuposto de que não consegue ser capaz por ter uma limitação. Cada ser é único. Temos que ter este cuidado para não impedir que ele tenha novas experiências pelo fato de ter um diagnóstico. Dois exemplos que vêm à memória foi uma professora que abraçou alguns alunos, da Educação Infantil no horário de saída da escola e próximo estava Beatriz (nome fictício), enquadrada no espectro autista. Pois bem, a professora perguntou se ela também queria um abraço. Bia disse que sim e deu-lhe um bem apertado. Um rapaz que toca em uma banda escolar e três alunos com TEA tiveram

o desejo de entrar e tocar instrumentos de percussão. Uma atividade bastante barulhenta, diga-se de passagem. Se nos apegarmos somente ao que nos dizem os estudos e deixarmos de olhar o sujeito, em sua individualidade, com seus gostos, afinidades e desejos, estaremos sendo injustos. Outro aluno que pode sofrer injustiças são os que possuem altas habilidades/superdotação. Há professores que acham que eles são “gênios”, bons em tudo, o que necessariamente é uma verdade. É importante que este aluno seja estimulado e desafiado para que não se sinta desmotivado, mas também termos clareza se ele apresenta dificuldade em alguma área que precise de maior atenção.



Para saber mais...

Você sabe o que é Capacitismo?

<https://www.youtube.com/watch?v=gzcRlivcZPI>

Terminologia sobre deficiência

SASSAKI, Romeu Kazumi et al. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. **Mídia e deficiência. Brasília: Andi/Fundação banco do brasil**, p. 160-165, 2003.

O desenho universal para a aprendizagem

Atualmente, percebemos que há vários ambientes e espaços físicos com adaptações para a pessoa com deficiência. Isto não era comuns e usual há alguns anos. Podemos citar o elevador que tem uma voz eletrônica para dizer em que andar estamos, calçadas com diferentes texturas, para cegos.

Você já observou que alguns mecanismos ou até mesmo construções são extremamente práticas para todos? Veja a porta que abre e fecha, através de sensores, em alguns estabelecimentos. Isto auxilia tanto à pessoa cadeirante como alguém cheio de bolsas e com uma criança pequena nos braços que teria dificuldade para alcançar a maçaneta. A rampa é muito interessante para quem tem dores nos joelhos e dificuldades para subir escadas, precisa empurrar um carrinho de bebê ou usa cadeira de rodas. Podemos dizer que estes são exemplos de Desenho Universal e foi concebido para contemplar não somente as pessoas com deficiência, mas a todos, como nos mostra a Figura 6. Agora que você conseguiu visualizar estas situações, vamos à definição e quando surgiu este conceito.

A expressão Universal Design (Desenho Universal) foi usada pela primeira vez nos Estados Unidos, em 1985, pelo arquiteto Ron Mace, que influenciou a mudança de paradigma no desenvolvimento de projetos urbanos, de arquitetura e design, inclusive de produtos. Para MACE (1991), o Desenho Universal aplicado a um projeto consiste na criação de ambientes e produtos que possam ser

usados por todas as pessoas, na sua máxima extensão possível. O conceito de Desenho Universal surgiu em decorrência de reivindicações de dois segmentos sociais. O primeiro composto por pessoas com deficiência que não sentiam suas necessidades contempladas nos espaços projetados e construídos. O segundo formado por arquitetos, engenheiros, urbanistas e designers que desejavam maior democratização do uso dos espaços e tinham uma visão mais abrangente da atividade projetual (CAMBIAGHI, 2007, p. 14).



Figura 6: Desenho Universal
Pode Stock Photo
(2023)

De acordo com Gabrilli (2008, p. 12), arquitetos elencaram sete princípios, adotados mundialmente, para acessibilidade plena, como mostra a figura 7. Para saber mais sobre cada um, clique no link abaixo:

<http://florenzanoarq.com.br/blog/desenho-universal.html>

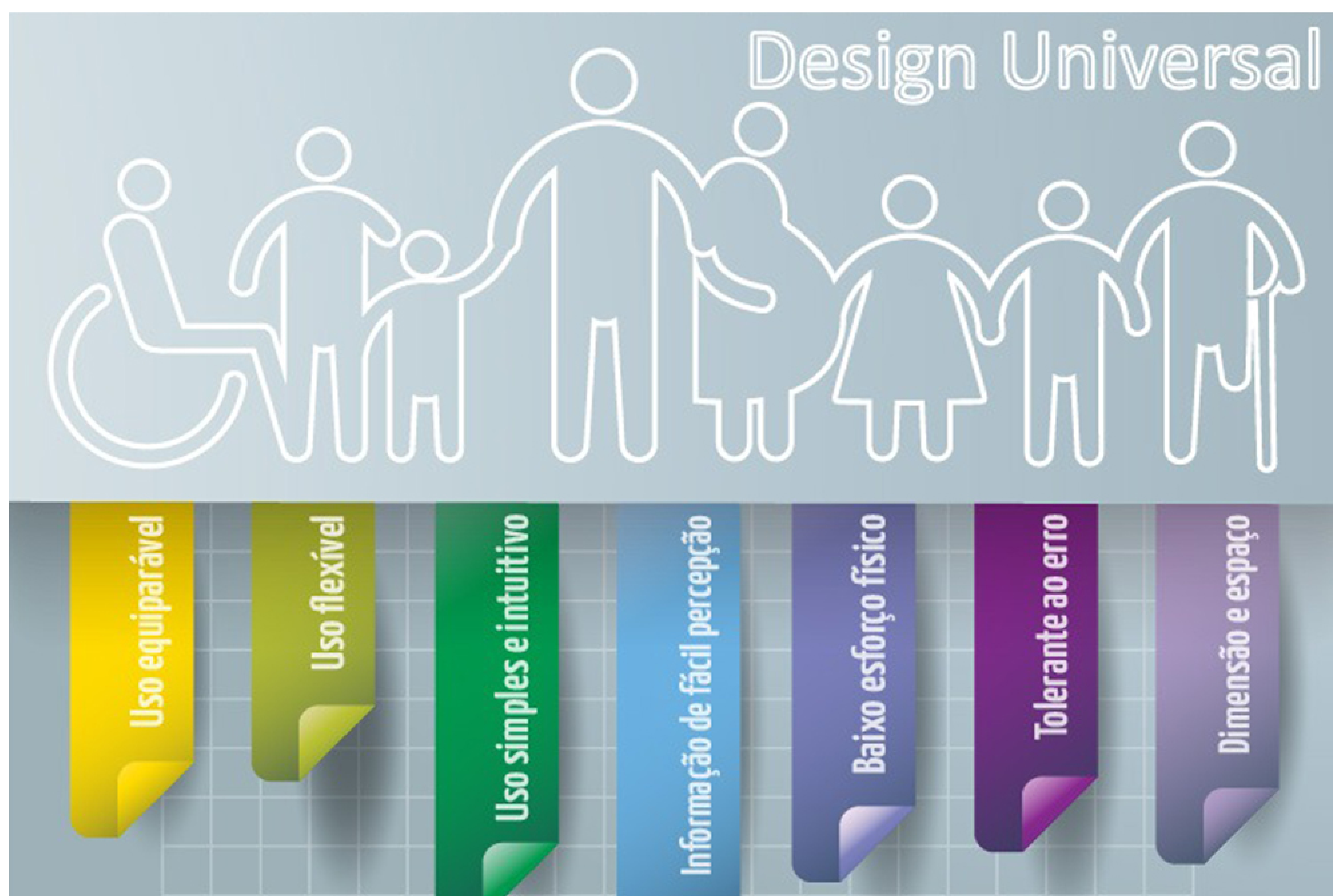


Figura 7: Princípios do Desenho Universal
Colo da mãe (2020)

Desenho Universal para Aprendizagem (DUA)

Por tratar-se de um trabalho voltado à Educação, falaremos melhor sobre essa importante ferramenta no contexto escolar.

Para promover um ensino de qualidade, onde todos aprendam, é necessário pensar em práticas inclusivas. Quem é professor sabe o quanto isto é complexo. Oficialmente, a turma que irá lecionar é o 6º Ano do Ensino Fundamental, mas a heterogeneidade é tão grande, que esta pode ser composta, inclusive, por educandos em nível inicial de alfabetização. Este é um simples exemplo do que acontece em muitas escolas pelo Brasil. Principalmente após o período de aulas remotas, na pandemia da Covid 19, este quadro agravou-se.

Diante do desafio de transformar escolas de ensino comum em ambientes inclusivos e favoráveis à aprendizagem de todos, surgiu, em 1999, nos Estados Unidos, o conceito Universal Designer Learning (UDL), aqui traduzido como Desenho Universal para Aprendizagem (DUA). O DUA consiste na elaboração de estratégias para acessibilidade de todos, tanto em termos físicos quanto em termos de serviços, produtos e soluções educacionais para que todos possam aprender sem barreiras (ZERBATO, 2018, p. 149–150).

Pensar em uma metodologia que seja facilitadora do processo de aprendizagem e que tenha estratégias para que todos tenham acesso ao currículo é bastante desafiador. É neste contexto que o Desenho Universal para Aprendizagem é importantíssimo. Muitos educadores utilizam o DUA em sala de aula, sem saber propriamente sua concepção.

Uma importante instituição de pesquisa que tem oferecido enorme contribuição para o uso do DUA, para uma Educação inclusiva é a Center for Applied Special Technology (CAST), referência em vários lugares do mundo. Ele traz estratégias para o uso desta ferramenta, que podem ser utilizadas em diferentes disciplinas e contextos educacionais (CAST, 2023).

O DUA está fundamentado em pesquisas científicas sobre a aprendizagem, como vemos no quadro abaixo:

Quadro 7: Pesquisa científica (DUA)

A. A aprendizagem está relacionada tanto aos aspectos emocionais quanto aos biológicos do indivíduo, isto é, a quantidade de sono e alimentação adequada, as predisposições e as emoções, são fatores que precisam ser respeitados;

B. É importante que os alunos tenham experiências significativas, tempo e oportunidade para explorarem o conhecimento;

C. As emoções têm uma importância fundamental uma vez que motivam a aprender, a criar e a conhecer;

D. O ambiente é muito importante. Os conhecimentos aprendidos precisam ser significativos e se essas aprendizagens não forem usadas em outros ambientes, tais conhecimentos e conexões estagnam-se. Destaca-se nesse princípio, não só a relação entre diferentes contextos de aprendizagem, mas também a transferência dessas aprendizagens para outros ambientes;

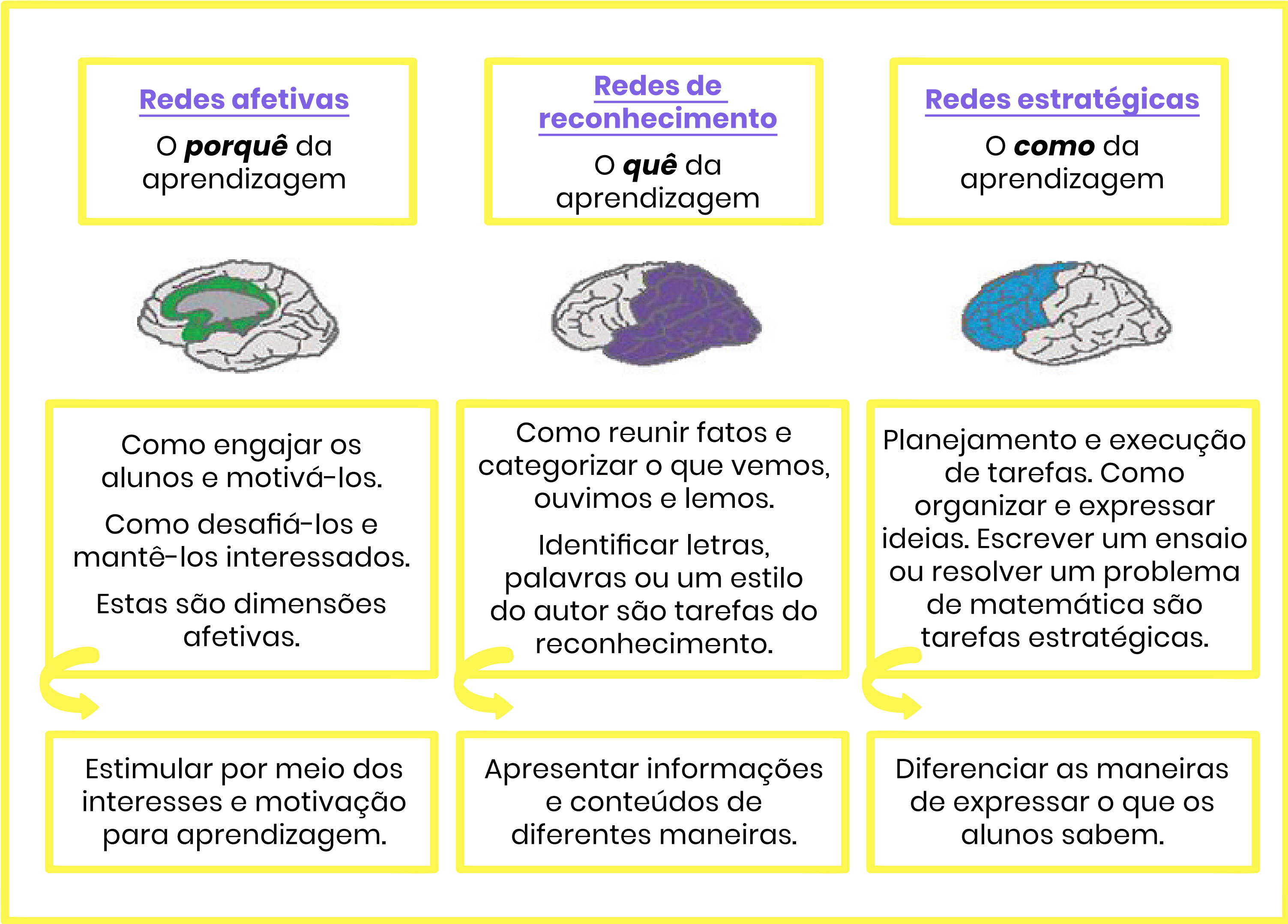
E. A aprendizagem deve ter sentido para o sujeito, de modo que as informações se relacionem e estejam interligadas com quem aprende. Se não for assim, há memorização, mas não aprendizagem;

F. Cada indivíduo é único e, conseqüentemente, isso nos remete para os estilos, ritmos e modos singulares de aprendizagem em cada indivíduo;

G. A aprendizagem é aprimorada com desafios e inibida com ameaças, ou seja, o indivíduo precisa tanto de estabilidade quanto de desafio. Tais aspectos têm como premissa os estudos de três grandes sistemas corticais do cérebro envolvidos durante a aprendizagem: redes de reconhecimento, estratégicas e afetivas. É possível ver de forma clara e resumida através da figura 13.

NELSON (2013)

Figura 7: Estratégias do desenho universal e redes de aprendizagem



Para saber mais...

Diretrizes do Desenho Universal para a Aprendizagem

<https://www.cast.org/about/about-cast>

Usos do Desenho Universal para a Aprendizagem na inclusão escolar

https://www.youtube.com/watch?v=Ut7GTX_c4HM

As tecnologias assistivas

Começamos este capítulo citando Radabaugh (1993) “para as pessoas sem deficiência a tecnologia torna as coisas mais fáceis. Para as pessoas com deficiência, a tecnologia torna as coisas possíveis”. É inegável o quanto a vida tem melhorado a partir da construção de equipamentos que nos ajudam no cotidiano, otimizando nosso tempo, agilizando e melhorando a comunicação, substituindo nosso trabalho “braçal” por um simples apertar de botão. Ousamos afirmar que é um caminho sem volta. Após experimentarmos a facilidade que tais produtos nos proporcionam, sequer cogitamos a possibilidade de ficarmos sem eles.

Para a PcD, algumas tecnologias surgem para trazer-lhes maior autonomia, dignidade e qualidade de vida. Apesar de toda evolução nesta área, ainda há muito a ser feito. A maioria não tem acesso por questões econômicas e sociais. Não é preciso ir muito longe. Se fizermos uma pesquisa de quantas instituições de ensino, da escola à universidade dispõem, por exemplo, de intérpretes de libras nas aulas ou computadores com programas para o uso com qualidade dos alunos cegos, ficaríamos espantados. Ainda há um grande abismo entre o que é necessário e o que realmente é disponibilizado no dia a dia das pessoas.



Figura 8: Instrumento para auxiliar a digitação
Pinterest (2023)



Figura 9: Criança em balanço adaptado
Pixabay (2022)

No senso comum quando falamos em tecnologia, rapidamente nos vem a cabeça, objetos eletrônicos, geralmente com alguma sofisticação e muito ligados aos tempos atuais. Mas a palavra tecnologia, se olharmos em qualquer dicionário, traz a definição de que pode ser um conjunto de técnicas, métodos, processos etc.

A proposta deste capítulo é falar sobre algo mais específico. Por isto abordaremos o tema das Tecnologias Assistivas, para dar o direcionamento mais apropriado ao indivíduo PcD no contexto escolar.

É um assunto amplo e atual, mas para falar de forma objetiva, principalmente aos educadores, tomaremos como ponto norteador o que diz o registro do Comitê de Ajudas Técnicas CAT/ SEDH / PR.

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social” (BRASIL, 2007).

A Lei Brasileira de Inclusão, LEI Nº 13.146, de 6 de julho de 2015, em seu Art. 74 diz que: “É garantido à pessoa com deficiência acesso a produtos, recursos, estratégias, práticas, processos, métodos e serviços de tecnologia assistiva que maximizem sua autonomia, mobilidade pessoal e qualidade de vida.”

A Tecnologia Assistiva não se restringe apenas aos programas de computadores, jogos eletrônicos, mas a todo recurso e prática que facilite a aprendizagem do aluno em sala de aula.

O mais interessante é que muitos professores, preocupados com aqueles alunos que não conseguem aprender com a metodologia aplicada aos demais, lança mão de estratégias para alcançar quem está com dificuldade. Isso mesmo. Muitos profissionais pesquisam, criam materiais ou fazem adaptações há muito tempo e não sabiam que o termo utilizado é Tecnologia Assistiva. Neste momento é necessário falar da sensibilidade e criatividade de muitos profissionais. Ao longo da caminhada nas escolas do município de Teresópolis, foi possível ver trabalhos excelentes que partiram da inquietação e as vezes angústia em fazer com que todos conseguissem chegar ao final do ano com o seu direito a aprendizagem, assegurado.

É muito importante que as tecnologias educacionais, utilizadas para auxiliar a todos os alunos não se confundam com a Tecnologia Assistiva, utilizada especificamente para viabilizar o acesso do aluno público alvo à aprendizagem.

Berch (2017) propõe que façamos três perguntas para verificar e fazer a distinção entre estes dois tipos de tecnologias no campo educacional.

- 1ª. O recurso está sendo utilizado por um aluno que enfrenta alguma barreira em função de sua deficiência (sensorial, motora ou intelectual) e este recurso/ estratégia o auxilia na superação desta barreira?
- 2ª O recurso está apoiando o aluno na realização de uma tarefa e proporcionando a ele a participação autônoma no desafio educacional, visando sempre chegar ao objetivo educacional proposto?
- 3ª Sem este recurso o aluno estaria em desvantagem ou excluído de participação? (BERCH, 2017, p. 12)



Figura 10: Adaptador para lápis
Pinterest (2022)

É muito importante que a escola possa apoiar, dar autonomia e suporte ao professor, para que ele tenha condições e recursos para fazer as adaptações e intervenções necessárias em prol do aluno. Principalmente as instituições públicas de ensino, possuem uma importante ajuda financeira que é o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Criado a partir de 1995, ele consiste na distribuição de recursos às unidades escolares. Na página do Ministério da Educação lemos a seguinte definição:

O PDDE consiste na assistência financeira às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos. O objetivo desses recursos é a melhoria da infraestrutura física e pedagógica, o reforço da autogestão escolar e a elevação dos índices de desempenho da educação básica. Os recursos do programa são transferidos de acordo com o número de alunos, de acordo com o censo escolar do ano anterior ao do repasse (BRASIL, 2023).

Esta verba federal precisa ser administrada de forma democrática e participativa com a colaboração de conselhos executores e fiscais. É de extrema importância que seja utilizada para que os professores tenham, em mãos, materiais para criar e adequar o currículo, para que a Tecnologia Assistiva seja uma realidade nas salas de aula. Reconhecemos e valorizamos a iniciativa de educadores em utilizar recursos próprios e adaptar materiais que até mesmo seriam descartados, para elaborar materiais. Mas é importante saber que o Ministério da Educação (MEC) distribui a todas as escolas este recurso.

Cabe ressaltar que muitos não dão o devido valor ao Projeto Político Pedagógico (PPP). Toda instituição precisa ter atualizado este documento feito de forma coletiva, com o envolvimento de toda a equipe escolar, pais, responsáveis e alunos. Ele expressa a filosofia, a forma como aquela

comunidade pensa a Educação. É preciso, dentre outras coisas, estar definido como serão destinados os recursos financeiros para atender aos alunos que precisam ser incluídos, como serão feitas as adequações curriculares, os Planos de Ensino Individuais (PEI).

Sugestões para salas de aula do Ensino Fundamental

É recomendável olhar de forma crítica e analisar se o que é proposto realmente vai ao encontro do educando. Nem sempre é possível utilizar, na íntegra, uma sugestão apresentada. Utilizamos apenas alguns exemplos do que pode ser feito em turmas do Ensino Fundamental, independente do segmento ou ano de escolaridade. Basta adaptar às necessidades da turma e dos alunos. Apesar de ser voltado principalmente à inclusão de indivíduos com características atípicas, outros poderão utilizar de forma coletiva e colaborativa.

É muito interessante que os docentes de diferentes disciplinas trabalhem de forma conjunta, contextualizando os conteúdos através de projetos. O professor de Língua Portuguesa poderá trabalhar de maneira coletiva com o de Geografia, fazendo uso em alguns momentos, do mesmo material acessível, apenas fazendo as adequações necessárias. Desta forma, a aprendizagem se torna mais significativa. Clicando no link das figuras, você será direcionado ao Projeto DIVERSA, que é uma plataforma de construção e compartilhamento de práticas inclusivas e terá acesso a explicação completa de cada sugestão.

A. Jogo da memória – material acessível para auxiliar a comunicação e dar suporte à aprendizagem, de forma colaborativa.



Figura 11: Jogo da memória

Fonte: Instituto Rodrigo Mendes (2021)

<https://diversa.org.br/materiais-pedagogicos/jogo-da-memoria-libras/>

B. Lousa interativa – utilizada para auxiliar a alfabetização e o ensino de ciências.



Figura 12: Lousa interativa

Fonte: : Instituto Rodrigo Mendes (2020)

<https://diversa.org.br/materiais-pedagogicos/lousa-interativa/>

C. Mapa tátil - é usado no ensino de geografia, principalmente nos conteúdos que relacionados ao clima, geologia, topografia, vegetação, hidrografia. Pode ser adaptado ao desenvolvimento de outros temas.



Figura 13: Mapa tátil

Fonte: : Instituto Rodrigo Mendes (2020)

<https://diversa.org.br/materiais-pedagogicos/mapa-tatil/>

D. Maquete da visão - Esta maquete é construída com material de baixo custo tornando acessível o ensino das conexões do olho humano e o cérebro. A Maquete da visão é um material pedagógico acessível que reproduz um olho humano e a relação com as conexões cerebrais.



Figura 14: Maquete da visão

Fonte: Instituto Rodrigo Mendes (2018)

<https://diversa.org.br/materiais-pedagogicos/maquete-da-visao/>

E. Tapete sensorial – É um material acessível utilizado na contação de histórias. Composto por diferentes materiais, pode ser utilizado em diferentes contextos e narrativas.



Figura 15: Tapete sensorial

Fonte: Instituto Rodrigo Mendes (2017)

<https://diversa.org.br/materiais-pedagogicos/tapete-sensorial-interativo/>

Pensando no contexto educacional, existem muitas possibilidades de TA. Foram mostradas apenas algumas. A Tecnologia Assistiva não é somente a confecção de material adaptado, ou pelo menos não se resume a isto. É preciso olhar este aluno como um todo, prestar atenção em suas dificuldades, coisas que aprecia e suas potencialidades para que, de forma objetiva, sejam elaboradas e propostas as intervenções pedagógicas acessíveis e o aluno realmente tenha acesso ao currículo.



Para saber mais...

PLATAFORMA DIVERSA

<https://diversa.org.br/>

Adaptação curricular

Novamente pensando no contexto de sala de aula, é perceptível o quão diversos e plurais os seres humanos são. Por isto, a importância dos nossos alunos serem vistos como indivíduos em suas necessidades e potencialidades. Nem todos aprendem da mesma forma, portanto pensar em uma única metodologia e quem quiser e puder, que corra atrás, chega a ser perverso.

Talvez nunca tenhamos estudado tanto sobre o cérebro humano, como este aprende e se comporta frente aos estímulos ou à falta deles. É neste cenário que precisamos voltar nossa atenção para como eliminar barreiras e criar pontes para que a aprendizagem realmente aconteça. Ninguém deve deixar de aprender. as técnicas vêm como facilitadoras deste processo e não como o principal eixo.

Quem nunca conheceu um professor que utilizava o mesmo planejamento todos os anos. Para os que possuem mais idade, se lembrarão das fichas com pautas, já amareladas, utilizadas sem alteração, não levando em conta que as turmas são diferentes e os educandos que a compõem são únicos.

Quantos ficaram pelo meio do caminho, porque não se “esforçaram” o bastante. Muitos não foram vistos e atendidos em suas necessidades educacionais. No tempo em que não havia a universalização do ensino e a obrigatoriedade assegurada por lei, muitos pararam de estudar. Frases como:

“tenho a mente fraca para os estudos” ou “não dou para isto” foram repetidas e ecoadas por décadas.

Nos dias atuais, em tese, muita coisa mudou. Dentre elas, TODOS estão na escola e, de acordo com a idade, devem permanecer nela, até que tenham a idade suficiente para desistirem. Talvez pareça um tanto cruel e sarcástico, mas sabemos que é verdade. A luta pela equidade, qualidade de ensino e inclusão é hercúlea.

Um dos direitos a que o aluno precisa ter acesso é a adaptação curricular. Se ele não está aprendendo por este caminho, preciso recalcular a rota e traçar outras estratégias para que ele seja assistido. Alguns educadores dizem que fazer uso da adaptação curricular não é justo com os demais, pois aquele com dificuldade de aprendizagem teria maiores facilidades e poderia até ficar com a nota maior que os outros. Apesar de ser apenas uma pequena amostragem destas falas, o temor é que este pensamento seja recorrente entre muitos.

Todo professor realiza, ou pelo menos deveria fazer a avaliação diagnóstica da sua classe, para que seu trabalho e ações pedagógicas sejam direcionados não somente pelo currículo proposto para o ano de escolaridade que leciona, mas pela necessidade dos alunos. Este é o ponto de partida. Não é do ideal e sim a partir do real.

As dificuldades de aprendizagem na escola apresentam-se como um contínuo, compreendendo desde situações mais simples e/ou transitórias – que podem ser resolvidas espontaneamente no curso do trabalho pedagógico – até situações mais complexas e/ou permanentes – que requerem o uso de recursos ou técnicas especiais para que seja viabilizado o

acesso ou currículo por parte do educando. Atender a esse contínuo de dificuldades requer respostas educativas adequadas, que abrangem graduais e progressivas adaptações de seus elementos. Em casos muito singulares, em que o educando com graves comprometimentos mentais e/ou múltiplos não possa beneficiar-se do currículo da base nacional comum, deverá ser proporcionado um currículo funcional para atender as necessidades práticas da vida (BRASIL, 2001, p.58).

É importante saber que a adaptação curricular pode ser de grande ou pequeno porte. Iremos conhecer as características de cada uma. A menos significativa com certeza já é realizada por muitos professores, cuja preocupação é fazer com que o aluno com dificuldade ou alguma deficiência avance na aprendizagem. Há que chamar a atenção para os discentes com Altas habilidades/Superdotação, pois necessitam, em muitos casos, de adaptação que promova maior estímulo através da promoção de atividades mais desafiadoras. Adaptações Curriculares, portanto, são respostas educativas que devem ser dadas pelo sistema educacional, de forma a favorecer todos os alunos e, dentre estes, os que apresentam necessidades educacionais especiais (ARANHA, 2000a).

Compreende-se por Adaptações Curriculares de Pequeno Porte ou Não Significativas a definição abaixo:

As Adaptações Curriculares de Pequeno Porte (Adaptações Não Significativas) são modificações promovidas no currículo, pelo professor, de forma a permitir e promover a participação produtiva dos alunos que apresentam necessidades especiais no processo de ensino e aprendizagem, na escola regular,

juntamente com seus parceiros coetâneos. São denominadas de Pequeno Porte (Não Significativas) porque sua implementação encontra-se no âmbito de responsabilidade e de ação exclusivos do professor, não exigindo autorização, nem dependendo de ação de qualquer outra instância superior, nas áreas política, administrativa e/ou técnica. (ARANHA, 2000b, p.8).

No quadro 8 é possível ver as diretrizes para a organização desta modalidade de adaptação curricular.

Quadro 8: Adaptação Curricular de Pequeno Porte ou Não significativa

Adaptações Não Significativas do Currículo	
Organizativas	Organização de agrupamentos
	Organização didática
	Organização do espaço
Relativas aos objetivos e conteúdos	Priorização de áreas ou unidades de conteúdos
	Priorização de tipos de conteúdos
	Priorização de objetivos
	Sequenciação
	Eliminação de conteúdos secundários
Avaliativas	Adaptação de técnicas e instrumentos
	Modificação de técnicas e instrumentos

Adaptações Não Significativas do Currículo	
Nos procedimentos didáticos e nas atividades	Modificação de procedimentos
	Introdução de atividades alternativas às previstas
	Introdução de atividades complementares às previstas
	Modificação do nível de complexidade das atividades
	Eliminando componentes
	Sequenciando a tarefa
	Facilitando planos de ação
	Adaptação dos materiais
	Modificação da seleção dos materiais previstos
Na temporalidade	Modificação da temporalidade para determinados objetivos e conteúdos previstos

ZANATO (2017)

Diferentemente, a Adaptação de Grande Porte extrapola o ambiente de sala de aula e requer a intervenção de outras esferas: “Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, pela direção das unidades escolares e pelas equipes técnicas. Chamamos a estas ações, de competência e responsabilidade das instâncias administrativas superiores” (ARANHA, 2000b, p.8). No quadro 9 verificamos como esta categoria de adaptação curricular pode ser organizada.

Quadro 9: Adaptação Curricular de Grande Porte ou Significativa

Elementos curriculares, modalidades adaptativas	
Objetivos	Eliminação de objetivos básicos
	Introdução de objetivos específicos, complementares e/ou alternativos
Conteúdos	Introdução de conteúdos específicos, complementares ou alternativos;
	Eliminação de conteúdos básicos do currículo
Metodologia e Organização Didática	Introdução de métodos e procedimentos complementares e/ou alternativos de ensino e aprendizagem
	Organização
	Introdução de recursos específicos de acesso ao currículo
Avaliação	Introdução de critérios específicos de avaliação
	Eliminação de critérios gerais de avaliação
	Adaptações de critérios regulares de avaliação
	Modificação dos critérios de promoção
Temporalidade	Prolongamento de um ano ou mais de permanência do aluno na mesma série ou no ciclo (retenção)

ZANATO (2017)

Todo este caminhar precisa estar previsto no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, documento de extrema relevância para o funcionamento intencional da escola. As ações pedagógicas não são estanques, aleatórias à forma como aquele determinado grupo pensa a Educação para seus alunos. Por ser um documento coletivo, de construção democrática e participativa, todos os seus elementos possuem responsabilidade na sua construção e execução.

O processo de elaboração da Adaptação Curricular deve ser acompanhado pela família. É importante deixar claro para os professores, pais e responsáveis, que todos precisam estar do mesmo lado, em prol do pleno desenvolvimento do educando. As informações precisam ser compartilhadas pela escola e pelos pais. O processo precisa ser transparente. Aquilo que é “óbvio” para um talvez não seja para os demais. Muitas famílias já estão cansadas e sofridas pela trajetória percorrida com seus filhos, pela constante luta por direitos. E também o professor, que está na linha de frente, geralmente em jornada dupla de trabalho, em turmas lotadas, sem o devido apoio que necessita e merece. O antagonismo precisa dar espaço para o trabalho em parceria e o diálogo franco. Todos precisam estar cientes e assumirem o papel e a responsabilidade que lhe são devidas. Talvez seja um clichê, mas juntos, realmente somos mais fortes.



Para saber mais...

Projeto Escola Viva

Adaptações Curriculares de Grande Porte <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/cartilha05.pdf>

Projeto Escola Viva

Adaptações Curriculares de Pequeno Porte

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/cartilha06.pdf>

Plano Educacional Individualizado (PEI)

Falamos no capítulo anterior sobre a Adaptação Curricular e sua importância na inclusão escolar. Veremos agora outro instrumento muito utilizado para assegurar ao educando com necessidade educacional, acesso ao currículo. Trata-se do Plano Educacional Individualizado (PEI). No Decreto nº 7.611 de novembro de 2011, que dispõe sobre a Educação Especial e o atendimento especializado, é possível ler a obrigatoriedade da “garantia de ensino fundamental gratuito e compulsório”, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais (BRASIL, 2011).

As metas e objetivos propostos têm que ser revistos periodicamente, a partir dos avanços apresentados pelo educando.

Complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais; ou suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2011).

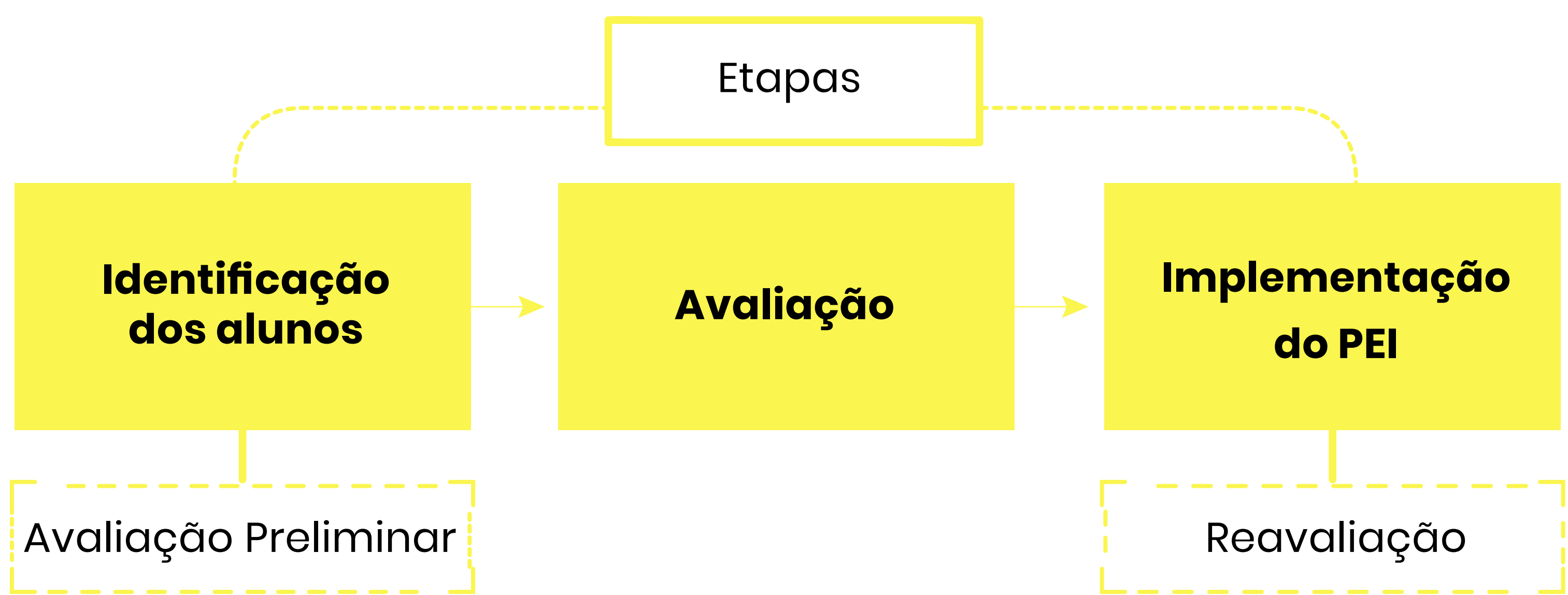
Na elaboração do PEI, propõe-se a sequência das etapas definidas por Correia (1997), citadas por Cruz *et al.* (2011):

Quadro 10: Etapas para elaboração do PEI

Identificação	É a “avaliação preliminar para a identificação do aluno com necessidades específicas, considerando as possíveis adaptações curriculares e mudanças ambientais” (CRUZ et al., 2011, p. 4, grifo dos autores). Nesta etapa, sugere-se a realização de uma entrevista pelos docentes, com a finalidade de se identificar o nível atual de desempenho do aluno, ou seja, suas habilidades. Essas habilidades poderão ser levantadas com o preenchimento de um roteiro de observação
Avaliação	Busca determinar as necessidades educacionais do aluno, considerando suas potencialidades e limitações. No preenchimento do roteiro de observação de habilidades, o professor poderá identificar o desempenho do aluno em categorias como comunicação oral, leitura, escrita e raciocínio lógico. Consubstanciado pelo roteiro de observação, o professor passará a fase de avaliação do aluno e as necessidades a serem consideradas.
Implementação	Nesta etapa, após o preenchimento do roteiro de observação, será possível a construção do Plano Educacional Individualizado (PEI). No planejamento, conforme as características individuais identificadas, os docentes passarão a elaborar os conteúdos a serem trabalhados com os educandos, as estratégias e os materiais a serem utilizados, na promoção do desenvolvimento dos alunos com necessidades especiais.

CRUZ (2011)

Figura 17: Sequência para elaboração do PEI



De Lima (2018)

A sua construção é feita de forma coletiva, envolvendo o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE), o professor da turma regular e demais integrantes da comunidade escolar. A família precisa estar ciente e participar do processo de elaboração.



Para saber mais...

Plano Educacional Individualizado – Aprenda como fazer o PEI <https://www.youtube.com/watch?v=fPtDEggPqP0>

A constante busca pelo conhecimento

Todo profissional que deseja fazer um bom trabalho na área em que atua, deve estar em constante busca por novos saberes. O advogado que não se inteira das novas leis, compromete um caso que esteja defendendo. O médico que não está atento a novos recursos e melhores medicamentos pode condenar um paciente a tratamentos ineficazes e até o agravamento do quadro clínico. Não é diferente com o professor, principalmente dos anos iniciais, ao usar intervenções pedagógicas equivocadas, atrapalhar o desenvolvimento acadêmico do aluno.

O conhecimento é muito dinâmico, principalmente nos tempos atuais, através da internet, onde é possível fazer buscas em banco de dados do mundo inteiro, acesso a livros eletrônicos etc. Dizer que não sabemos determinado assunto, porque este não chegou em nossas mãos, é uma afirmação que não cabe, neste mundo globalizado. A passividade faz com que estejamos vulneráveis a apreender somente o que querem que saibamos. Mas quando estamos em uma atitude ativa por novas aprendizagens, nos tornamos protagonistas e responsáveis pela nossa prática.

Adquirir novos conceitos não significa anular o que já sabemos, mas confrontar, analisar criticamente, ponderar e encontrar um ponto de equilíbrio. Em uma determinada formação que uma das autoras participou, ouviu-se a frase

que resume este parágrafo: “cuidado para não jogar fora o bebê com a água do banho”.

Formação continuada

A formação continuada deve estar presente na vida profissional do educador. Quando escutamos o outro, não continuamos mais os mesmos. Nos modificamos de forma positiva ou negativamente. O simples ato de ouvir nos transforma de algum modo, seja nos instigando, nos confrontando e até mesmo trazendo indignação, para que cause algum movimento ou ação. É necessário pensar e ressignificar a todo momento. Segundo Freire (2000, p.43-44), “por isso é que na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática.”

O Plano Nacional de Educação (PNE) com vigência entre 2014 e 2024, determina que os estados e municípios se organizem e cumpram a meta 16.

Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino (BRASIL, 2014).

Além da formação em cumprimento ao que determina a lei acima, é muito importante que o professor vá ao encontro do conhecimento. Isto fará toda a diferença em sua atuação em sala de aula.

Quando falamos sobre educação inclusiva, que é o ponto principal deste trabalho, é primordial que o educador procure saber mais sobre como atender melhor o seu aluno. Neste livro falamos sobre algumas ferramentas importantes como a Tecnologia Assistiva, o Desenho Universal para a Aprendizagem, a Adaptação Curricular e outros temas. É uma pequena amostra do muito que está sendo produzido sobre educação inclusiva no Brasil e no mundo. Espero que você se sinta desafiado a mergulhar neste universo.



Para saber mais...

Formação continuada – Antônio Nóvoa

<https://www.youtube.com/watch?v=uGYPzlJV4xk>

Um olhar de acolhimento sobre o professor

Se perguntarmos aos nossos avós como era o dia a dia em relação às questões sociais, econômicas e à vida pessoal, provavelmente dirão que algumas coisas eram difíceis, mas não havia esta correria que temos hoje. É como se as coisas acontecessem com maior calma e lentidão. Se por um lado o progresso nos trouxe grandes conquistas e benefícios, por outro, estamos cada vez mais cansados e assoberbados com a demanda e a urgência na realização das coisas, cumprimento de tarefas e aquisição e manutenção de bens e serviços que nos proporcionam conforto e prazeres. Um aspecto bastante relevante que toma muito do nosso tempo é a nossa vida profissional. Podemos afirmar que grande parte das profissões, em diferentes contextos, possuem algum nível de preocupação, aborrecimento e descontentamento. O motorista de ônibus que acorda de madrugada, enfrenta trânsito difícil, passageiros mal-educados. O policial que não sabe se voltará para a família, após uma diligência. O médico que enfrenta plantões exaustivos e péssimas condições de trabalho. E por fim, o último exemplo que iremos falar mais detidamente, o professor.

Este sujeito que traz ensinamentos para a maioria das funções desempenhadas na sociedade, está adoecendo. A baixa remuneração tem feito com que lecionem em vários lugares, alguns até nos três turnos. Turmas lotadas, com alunos desrespeitosos e pouca valorização, são alguns

elementos que contribuem para este cenário. Para lecionar é necessário dedicação, comprometimento com o processo de aprendizagem, pesquisa e planejamento das aulas para atender a um público cada vez mais heterogêneo. Mas muitos não estão conseguindo ter satisfação e prazer em realizar seu trabalho. Educadores estão desenvolvendo a Síndrome Burnout. Segundo o Ministério da Saúde:

Síndrome de Burnout ou Síndrome do Esgotamento Profissional é um distúrbio emocional com sintomas de exaustão extrema, estresse e esgotamento físico resultante de situações de trabalho desgastante, que demandam muita competitividade ou responsabilidade. A principal causa da doença é justamente o excesso de trabalho. Esta síndrome é comum em profissionais que atuam diariamente sob pressão e com responsabilidades constantes, como médicos, enfermeiros, professores, policiais, jornalistas, dentre outros (BRASIL, 2023).

Uma pesquisa feita com 101 professores nos deu uma pequena noção do panorama que possivelmente é bem maior e se agrava a cada dia.

A informação acima é bem alarmante. Se buscarmos em nossa memória lembraremos de colegas que precisaram se ausentar do trabalho pelas questões acima. Alguns foram readaptados e atualmente desempenham outras funções. Outros estão em tratamento psiquiátrico e não conseguem mais entrar em uma sala de aula.

No período da pandemia da COVID 19, o jornal O Estadão informou que “Falta de estrutura educacional, conhecimento das ferramentas digitais e sobrecarga na rotina escolar agravou estado de saúde mental de 72% dos professores”



Figura 16: Mulher triste
Pexels (2023)

(ESTADÃO, 2021). Atualmente, o desafio é colocar em dia a aprendizagem dos alunos devido à grande lacuna ocasionada no período pandêmico. Em um país com grandes distorções socioeconômicas, muitos alunos não conseguiram acompanhar as aulas em sistema remoto. E, mesmo aqueles com melhor poder aquisitivo tiveram desafios para ter aulas neste formato, levando-se em conta os percalços de estudar em casa. Em resumo, o professor está novamente na linha de frente.

É de extrema importância que estejamos atentos aos sinais que o nosso próprio corpo nos mostra de que não estamos bem, para que haja tempo de reverter o quadro que se instala. O Ministério da Saúde traz os principais sintomas da Síndrome de Burnout e como podemos preveni-la (quadros 6 e 7).

Quadro 11: Sintomas da Síndrome de Burnout

Sintomas da Síndrome de Burnout

A Síndrome de Burnout envolve nervosismo, sofrimentos psicológicos e problemas físicos, como dor de barriga, cansaço excessivo e tonturas. O estresse e a falta de vontade de sair da cama ou de casa, quando constantes, podem indicar o início da doença. Os principais sinais e sintomas que podem indicar a Síndrome de Burnout são:

- Cansaço excessivo, físico e mental;
- Dor de cabeça frequente;
- Alterações no apetite;
- Insônia;
- Dificuldades de concentração;
- Sentimentos de fracasso e insegurança;
- Negatividade constante;
- Sentimentos de derrota e desesperança;
- Sentimentos de incompetência;
- Alterações repentinas de humor;
- Isolamento;
- Fadiga.
- Pressão alta.
- Dores musculares.
- Problemas gastrointestinais.
- Alteração nos batimentos cardíacos.

Ministério da Saúde (2023)

Quadro 12: Prevenção da Síndrome de Burnout

Prevenção da Síndrome de Burnout

A melhor forma de prevenir a Síndrome de Burnout é desenvolver estratégias que diminuam o estresse e a pressão no trabalho. Condutas saudáveis evitam o desenvolvimento da doença, assim como ajudam a tratar sinais e sintomas logo no início. As principais formas de prevenir a Síndrome de Burnout são:

- Defina pequenos objetivos na vida profissional e pessoal;
- Participe de atividades de lazer com amigos e familiares;
- Faça atividades que “fujam” à rotina diária, como passear, comer em restaurante ou ir ao cinema;
- Evite o contato com pessoas “negativas”, especialmente aquelas que reclamam do trabalho ou dos outros;
- Converse com alguém de confiança sobre o que se está sentindo;
- caminhada, corrida, bicicleta, remo, natação etc;
- Evite consumo de bebidas alcoólicas, tabaco ou outras drogas, porque só vai piorar a confusão mental;
- Não se automedique nem tome remédios sem prescrição médica.

Outra conduta muito recomendada para prevenir a Síndrome de Burnout é descansar adequadamente, com boa noite de sono (pelo menos 8h diárias). É fundamental manter o equilíbrio entre o trabalho, lazer, família, vida social e atividades físicas.

Ministério da Saúde (2023)

Falamos anteriormente que a inclusão é para todos e não somente para um grupo específico, porém poucos atentam para a saúde física, emocional e mental do professor. Ele também precisa deste olhar inclusivo e acolhedor. Muitos, estão ficando pelo meio do caminho e desistindo de tudo, porque estão ficando doentes. Perdendo o brilho no olhar e a motivação para ensinar.

Apesar de termos abordado especificamente a Síndrome de Burnout, também há a Síndrome do Pânico e a depressão que acometem uma grande parcela da sociedade.

Este é um caso de saúde pública. Quantas Secretarias de Educação possuem um órgão voltado à saúde física e mental do professor, dos alunos e funcionários, para dar suporte e desenvolver um atendimento preventivo? Precisamos pensar e falar muito sobre este assunto e estarmos sensíveis a esta causa.



Para saber mais...

Pesquisa revela que saúde mental dos professores piorou em 2022

https://novaescola.org.br/conteudo/21359/pesquisa-revela-que-saude-mental-dos-professores-piorou-em-2022?gclid=Cj0KCQjw27mhBh\C9ARIsAIFsETHSw820R3dxLPnOMJ_ZvyS9D4ECycy3Zd7ERC0-plWe2UR2orOCNoEaArT6EALw_wcB

5 dicas para professores manterem a saúde mental

<https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=qMbYqIUslE0>

Considerações finais

Neste E-book falamos sobre alguns temas considerados importantes para o processo de ensino e aprendizagem, relacionados à inclusão nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental.

Aqueles que lecionam neste ciclo, independente do ano de escolaridade ou do segmento, sabem o que é enfrentar diariamente, espaços físicos lotados e desfavoráveis, baixos salários e turmas cada vez mais desafiadoras, devido à grande diversidade. Isso, além da responsabilidade e do compromisso de fazer com que todos sejam assistidos e realmente aprendam.

Em muitos momentos você poderá sentir-se despreparado e inseguro, pois realmente não é fácil. Mas quando mergulhamos em saberes que fundamentam e dão suporte à prática pedagógica realizada em sala de aula, novas propostas e ferramentas expandem e extrapolam as possibilidades para um ensino realmente inclusivo. Assim, as realidades se transformam. Somente a empatia, as ações intuitivas, o olhar inclusivo e acolhedor, não darão conta dos desafios que se assomam cada vez mais nas salas de aula do Ensino Fundamental. O conhecimento abre caminhos.

Cientes de que o assunto é muito amplo e impossível esgotar-se em algumas páginas, pela sua complexidade, esperamos que o principal objetivo tenha sido alcançado: instigar, desafiar e despertar, especialmente em você, professor, o desejo de aprender mais.

Vá ao encontro de saberes que deem suporte para desenvolver o seu trabalho com maior autoridade e segurança. Assuma o protagonismo neste cenário! Durante a pandemia, verificou-se o quanto o seu papel é importante. Portanto, não permita que situações adversas lhe digam o contrário!

Lute por condições justas de trabalho que afetarão de forma direta o ensino ministrado a seu aluno, por qualidade na sua saúde física, emocional e mental!

Sua função como educador é uma das mais relevantes na sociedade!

Enfim, chegamos ao término deste livro. Preferimos acreditar que esta não é uma despedida, mas apenas o começo de uma grande jornada rumo a construção de novos conhecimentos. É necessário que, cada um de nós, tome a parte que nos cabe neste processo e faça a diferença, começando com pequenas ações.

Referências bibliográficas

ARANHA, M.S.F. Projeto Escola Viva garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: Alunos com necessidades educacionais especiais/ Adaptações Curriculares de Grande Porte. Brasília: MEC/SEE, 2000a.

ARANHA, M.S.F. Projeto Escola Viva garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: Alunos com necessidades educacionais especiais/ Adaptações Curriculares de Pequeno Porte. Brasília: MEC/SEE, 2000b.

BENEVIDES-PEREIRA, ANAMARIA; YAMASHITA, Danielle; TAKAHASHI, ROGÉRIO. E os educadores, como estão? Ensino, Saúde e Ambiente, v. 3, n. 3, 2010.

BERSCH, Rita et al. Introdução à tecnologia assistiva. 2017. Acesso em, v. 15, 2023.

Brasil. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 06 de fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica/Secretaria de Educação Especial. MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Decreto nº 5.296/2004, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048/2000 e 10.098/2000. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em 12 de fev. de 2023.

BRASIL -SDHPR. - Comitê de Ajudas Técnicas - ATA VII (2007). Disponível em: https://www.assistiva.com.br/Ata_VII_Reuni%C3%A3o_do_Comite_de_Ajudas_T%C3%A9cnicas.pdf. Acesso em 18 de fev. 2023.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 12 de fev, de 2023.

BRASIL. Emenda Constitucional Nº 59, de 11 de novembro de 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm. Acesso em 09 de fevereiro de 2023.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 20 de mar. 2023.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica: diversidade e inclusão / Organizado por Clélia Brandão Alvarenga Craveiro e Simone Medeiros. – Brasília: Conselho Nacional de Educação: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, (2013). 480 p.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 26 jun. 2014. [Edição extra – seção 1].

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

BRASIL, 2015, Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm; Acesso em: 23 de fev. de 2023.

BRASIL, 2015, Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm; Acesso em: 18 de fev de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 18 de fev. de 2023.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Glossário de acessibilidade. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/>

[responsabilidade-social-e-ambiental/acessibilidade/glossarios/glossario.html](#). Acesso em 23 de fev. de 2023

BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde de A a Z. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/sindrome-de-burnout#:~:text=S%C3%ADndrome%20de%20Burnout%20ou%20S%C3%ADndrome,justamente%20o%20excesso%20de%20trabalho>. Acesso em: 05 de abr. de 2023.

BRASIL. Programa Dinheiro Direto na Escola. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/financiamento-estadual/dinheiro-direto-na-escola>. Acesso em 18 de fev. de 2023.

CAMBIAGHI, Silvana Serafino. Desenho Universal – métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

CenterforAppliedSpecialTechnology[CAST].(2014).Disponível em: <http://www.cast.org/udl/index.html>. Acesso em 16 de mar. De 2023.

CRUZ, MaraLúciaReisMonteiro; *et al.* PlanodeDesenvolvimento Psicoeducacional Individualizado: percurso inicial para elaboração e aplicação. In: Anais do Seminário Internacional – as Redes educativas e as tecnologias: práticas/teorias sociais na contemporaneidade. FE/UERJ, Rio de Janeiro, 6-9 jun. 2011.

DE LIMA, Letícia Aparecida Alves; FERREIRA, Ana Eliza Gonçalves; DA SILVA, Marcus Vinicius Gonçalves. O Plano Educacional Individualizado: proposta de um método de pesquisa na formação docente. Educação em Perspectiva, v. 9, n. 1, p. 127-141, 2018.

DELBONI, Carolina. Pesquisa mostra que 72% dos professores enfrentam problemas de saúde mental, Estadão, São Paulo, 23/08/2021. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/emails/carolina-delboni/pesquisa-mostra-que-72-dos-professores-enfrentam-problemas-de-saude-mental/> Acesso em: 04 de abr. de 2023.

DUARTE, Daiane. Psicologia e a pessoa com deficiência. Da exclusão à inclusão: aspectos históricos, Porto Alegre: SAGAH: 2018 (Ebook).

FIGUEIRAS, Emílio. Caminhando em silêncio: uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na história do Brasil, 2ª. ed. São Paulo. Giz editora, 2008.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática Educativa. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FREIRE, P. Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. Apresentação de Ana Maria Araújo Freire. Carta-prefácio de Balduino A. Andreola. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GABRILLI, Mara. Desenho Universal: um conceito para todos. São Paulo, 2008.

MAZZOTA, Marcos J.S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas, 6ª ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

MENDES, Rodrigo Hubner. Educação Inclusiva na prática: experiências que ilustram como podemos acolher todos e perseguir altas expectativas para cada um. São Paulo: Fundação Santillana, 2020.

NELSON, L.L. 2013. *Design and deliver: planning and teaching using universal design for learning*. Baltimore, Paul. H. Brookes Publishing Co., 151 p.

TECNOLOGIA ASSISTIVA: Ferramentas para inclusão de PcD's, ICOM, 2021, Disponível em: <https://www.icom-libras.com.br/2021/10/04/tecnologia-assistiva/>. Acesso em: 05 de mar. de 2023.

RADABAUGH, M. P. NIDRR's Long Range Plan – Technology for Access and Function Research Section Two: NIDRR Research Agenda Chapter 5: TECHNOLOGY FOR ACCESS AND FUNCTION – http://www.ncddr.org/rpp/techaf/lrp_ov.html.

REGO, Teresa Cristina Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação I Teresa Cristina Rego. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

ZANATO, Caroline Borges; GIMENEZ, Roberto. Educação Inclusiva: um olhar sobre as adaptações curriculares. Revista @mbiente educação, v. 10, n. 2, p. 289-303, 2017.

ZERBATO, A.P; MENDES, E.G. Desenho universal para a aprendizagem como estratégia de inclusão escolar. Educação Unisinos, vol. 22, núm. 2, 2018, Abril-Junho, pp. 147-155 Universidade do Vale do Rio dos Sinos DOI: <https://doi.org/10.4013/edu.2018.222.04>.

Estas são sugestões de materiais que poderão ser utilizados na inclusão de alunos do 1º e 2º Segmentos do Ensino Fundamental.

Conteúdo: Olivro traz sugestões de brincadeiras e brinquedos inclusivos para serem utilizados por pais e educadores.

**BRINQUEDOS e
brincadEiras**

inclusivos

Conteúdo: Traz quatro modelos de brinquedos sensoriais que podem ser construídos em casa ou na escola.

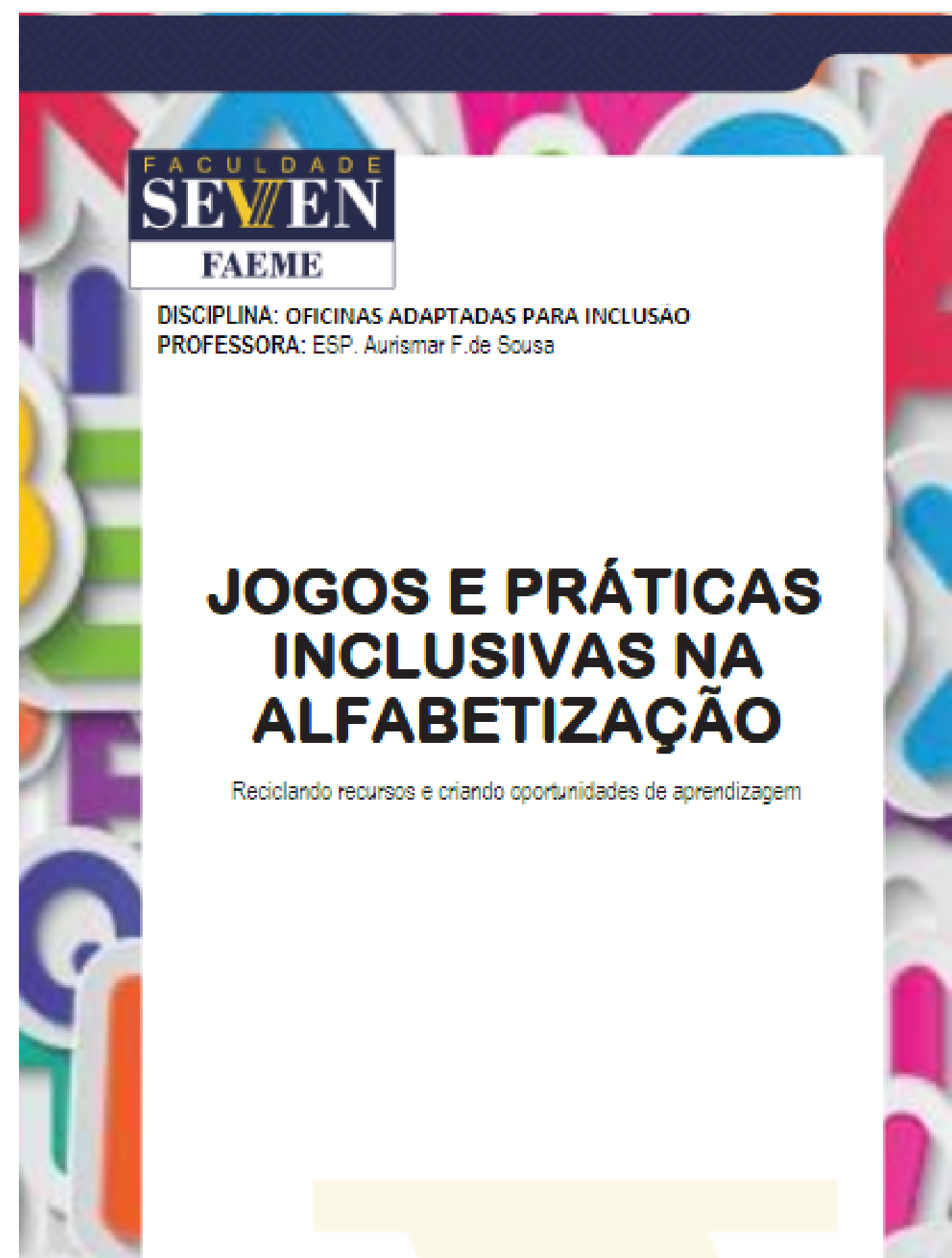
Fonte: Reprodução - Autism Speaks



Jogos e materiais para alfabetização

Conteúdo: São apresentados diferentes jogos e práticas inclusivas para serem utilizados na alfabetização.

<https://www.passeidireto.com/arquivo/83585733/jogos-e-praticas-inclusivas-na-alfabetizacao>



AEE para alunos com deficiência visual

Conteúdo: Este fascículo faz parte da coleção Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar, produzida pelo MEC e traz subsídios para o AEE e aprendizagem para alunos com deficiência intelectual.

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7105-fasciculo-3-pdf&Itemid=30192



OS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL: BAIXA VISÃO E CEGUEIRA



Abordagem bilingue

Conteúdo: Este fascículo faz parte da coleção Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar, produzida pelo MEC e traz subsídios para o AEE e ensino bilingue de alunos com surdez.

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7106-fasciculo-4-pdf&Itemid=30192



ABORDAGEM BILÍNGUE NA ESCOLARIZAÇÃO DE PESSOAS COM SURDEZ



AEE para alunos com altas habilidades/superdotação.

Conteúdo: Este fascículo faz parte da coleção Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar, produzida pelo MEC e traz subsídios para o AEE e aprendizagem para alunos com altas habilidades/superdotação.



ALTAS HABILIDADES / SUPERDOTAÇÃO



http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7122-fasciculo-10-pdf-1&Itemid=30192

Transtornos globais do desenvolvimento

Conteúdo: Este fascículo faz parte da coleção Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar, produzida pelo MEC e traz subsídios para o AEE e aprendizagem para alunos com Transtornos Globais do Desenvolvimento.

<https://doceru.com/doc/n58c80v>



**LIVRO ACESSÍVEL E
INFORMÁTICA ACESSÍVEL**



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Especial
Universidade Federal do Ceará

Comunicação alternativa e aumentativa

Conteúdo: Este fascículo faz parte da coleção Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar produzida pelo MEC aborda a utilização da comunicação alternativa, produção de matérias de baixo custo e subsídios para AEE de alunos e sala de aula regular.



**RECURSOS PEDAGÓGICOS
ACESSÍVEIS E COMUNICAÇÃO
AUMENTATIVA E ALTERNATIVA**



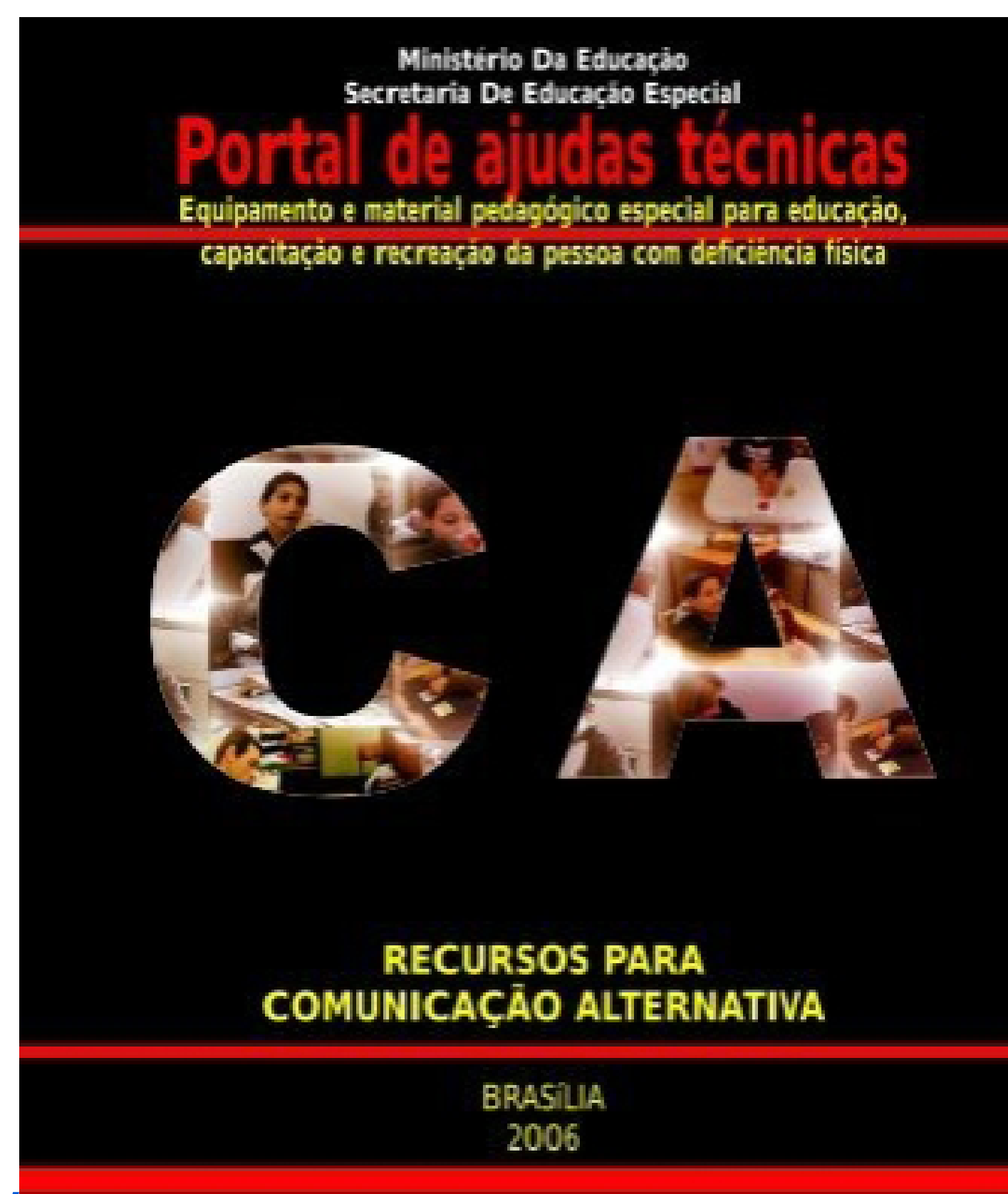
Ministério da Educação
Secretaria de Educação Especial
Universidade Federal do Ceará

https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/4477/fasciculo_6_15841022072542_4477.pdf

Recursos para comunicação alternativa

Conteúdo: Neste fascículo de ajudas técnicas produzido pelo MEC são apresentados diferentes recursos para utilização da comunicação alternativa no espaço escolar.

http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ajudas_tec.pdf



Recursos pedagógicos adaptados

Conteúdo: Este é um dos fascículos de ajuda técnica produzidos pelo MEC, para auxiliar professores quanto à aprendizagem de alunos com deficiência física.

http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/rec_adaptados.pdf



Manual para TEA no ambiente escolar

Conteúdo: Neste manual estão registradas várias sugestões para o acolhimento do aluno com TEA no ambiente escolar.

<https://projetoalileugalilei.wordpress.com/autismo-2/>



MANUAL PARA AS ESCOLAS

Contatos:

Cristiane Peculas Modesto

cristianepeculas@hotmail.com

Janie Garcia da Silva

janie55@terra.com.br